



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO ECOTURISMO

Área: **TURISMO**

FELIZARDO, Angélica

CRISPIM, Jefferson

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar a necessidade de trabalhar com a educação ambiental na prática do turismo para sensibilizar os visitantes e a comunidade ao entorno para a preservação e conservação desse meio. A prática do ecoturismo é considerada por pesquisadores, uma prática que se realiza em espaços "livres", no qual não se tem a presença do urbano, ou seja, é um conceito que se criou culturalmente na humanidade de que a natureza é separada da cidade, porém esquecemos que somos parte dela. Nessa perspectiva o presente trabalho faz uma abordagem da importância da educação ambiental em áreas protegidas e conservadas, para que haja o ecoturismo. Como exemplo dessa área protegida, falaremos da Educação Ambiental (EA) na Unidade de Conservação do Parque Estadual Lago Azul de Campo Mourão – Pr.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Ecoturismo. Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

O turismo é visto atualmente como busca do verde, lazer e descanso. Essa visão da atividade turística não é apenas dos visitantes, muitas vezes, a preocupação com o meio ambiente, natural ou modificado e seus recursos naturais e culturais, é também dos planejadores desta atividade, e da administração pública responsável pelo ordenamento do turismo.

Este trabalho procura apresentar o ecoturismo como uma importante ferramenta de orientação da Educação Ambiental em áreas de conservação, parques e/ou outros espaços que tem por objetivo desenvolver a sensibilização humana, social, política e econômica.

A atividade turística possui várias segmentações, e entre elas a do planejamento, que faz com que se organize e facilite o desenvolvimento do ecoturismo e seus impactos. Para que essa atividade se desenvolva em áreas protegidas, é preciso a participação da comunidade, que é responsável por divulgar e proteger o meio ambiente e seus recursos.



O objetivo do presente trabalho consiste na Educação Ambiental em atividades turísticas de Unidades de Conservação, especificamente do Parque Estadual Lago Azul município de Campo Mourão - PR, mostrando a importância do conhecimento para a preservação e conservação dessas áreas, que buscam no ecoturismo informações necessárias para minimizar os impactos negativos para com o meio.

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi de revisão bibliográfica, e também de realização de entrevista com o Diretor do Parque Estadual do Lago Azul.

ECOTURISMO E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

No século XIX, pessoas com interesse na natureza eram consideradas ecoturistas, aventureiros cujo propósito era de conhecer e desfrutar a área livre, atividade praticada nos parques, como por exemplo, nos Estados Unidos os Parques de Yellowstone e Yosemite. O termo ecoturismo, segundo a autora Ferretti, é mais antigo do que se pensa, ressurgiu das preocupações com o meio ambiente, e suas características estão na natureza e o turismo ao ar livre.

“O ecoturismo é um termo recente. Antigamente, a sua prática era restrita a poucas pessoas, muitas delas naturalistas, como Humboldt e Darwin. Com a evolução científica que culminou com inventos que revolucionaram os sistemas de transporte, como avião; com a atuação da televisão, que atinge milhões de habitantes ao mesmo tempo; o crescente interesse em questões ambientais; é que o ecoturismo passou a ser verdadeiramente um fenômeno característico do final do século XX e, tudo levar crer, do século XXI”. (FERRETTI, 2002, p. 121).

O ecoturismo pode ser considerado por alguns autores como um exemplo de planejamento e organização no turismo natural, pois o mesmo busca mecanismos de preservação para garantir o seu futuro.

“O ecoturismo é uma das atividades econômicas que mais interessa à conservação do meio ambiente e ao desenvolvimento (...). Sendo a natureza o principal produto do ecoturismo, os que querem viver de tal atividade devem procurar manter as condições ideais de seu uso e prosperidade” (WIEDMANN, 2000, p. 42).

A natureza é o principal foco do ecoturismo, sendo a preservação e a sensibilização do visitante e visitado, imprescindível para que essa atividade tenha uma melhor organização desenvolvendo-se com menos agressão e impacto do meio.



Segundo a autora Doris Ruschmann, na metade dos anos 80, o turismo de natureza ou o turismo ecológico começa a dar início em outras localidades, devido aos locais habituais já serem bombardeados com o turismo de massa, o ecoturismo começa a “tornando-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado” (RUSCHMANN, 1997, p.21).

O ecoturismo sendo considerado um novo segmento de mercado o autor Goodwin, 1996, define esse segmento como:

O turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui á manutenção de espécies e hábitos diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda”. (GOODWIN, 1996, p.288).

Para tal o ecoturismo também é conceituado pelos autores Laarman e Durst, que definiram-no como turismo na natureza no qual o “viajante é atraído a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da história natural desse destino. A visita combina educação, recreação e muitas vezes aventura” (LAARMAN E DURST, 1987, p. 05).

Assim, a criação de Parques, Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação surgiram com a intenção de proteger o meio natural do homem e garantir a sobrevivência das outras espécies. “Unidades de Conservação (UC) são áreas naturais protegidas por instrumentos legais de restrição de uso do solo, que podem ter âmbito federal, estadual, municipal e particular” (FIGUEREDO, 1999, p. 58). Tal pensamento em relação aos parques advém primeiramente dos Estados Unidos, no século passado, no qual visa à proteção da vida selvagem (Wilderness). O ecoturismo começou a ser compreendido como atividade realizada nos locais tranquilos e em pleno contato com a natureza, e também sendo locais no qual o homem somente poderia visitá-lo, e contemplar as maravilhas da natureza.

No século passado o naturalismo era uma forma de proteger a natureza do homem, no qual os parques e essas áreas protegidas serviriam para admirá-la e reverenciá-la. “Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, 2000, p.13).



Mas, para que tal pensamento fosse refletido em relação aos locais de preservação como garantia de sobrevivência das espécies, o homem com sua busca pelo progresso usaram e abusaram dos seus recursos naturais (animais e vegetais), cada qual com sua utilidade, que pode observar os estragos causados na natureza, que tiveram a idéia de preservar os recursos naturais, dando a origem aos parques e áreas de preservação.

Segundo o autor Thomas (1988), traz uma abordagem interessante a respeito de o homem ser separado da natureza, essa idéia de que o ser humano é superior às criaturas e ao meio natural, vem da Idade Média com o cristianismo. Com base nesses escritos, os homens do século XV tinham a visão de usar e explorar o meio natural sem limite algum, pois todas as coisas feitas pelo Criador seriam para servir ao homem, o mundo fora criado para os desejos e necessidades humanas, sem ao menos se preocupar com esse todo, do qual o homem também faria parte.

O domínio do ser humano sobre a natureza se fundou com a Lei do Antigo Testamento, a Bíblia era base dos conceitos e pré-conceitos vividos nessa fase. Assim, muitos declaravam: "as criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para uso e o serviço do homem", ou então, "para cujo e benefício foram feitas todas as criaturas que existem" (THOMAS, 1988, p.23). Através desses pensamentos em relação à natureza, o homem classifica componentes do meio natural; vegetais e animais conforme a sua utilidade.

Com influência da doutrina cristã na Europa, o principal propósito era definir a condição especial do homem e justificar seu domínio sobre as outras criaturas. Ao longo da história do desenvolvimento da civilização o homem percebe que era necessário usufruir dessa natureza não como um ser superior, ou divino, mas como um ser racional. Nesse sentido a intensificação do capitalismo proporcionou uma investigação mecânica sobre a natureza no sentido de tentar compreendê-la para melhor usá-la.

A partir da Revolução Industrial, é que a sociedade busca refúgio em locais calmos devido às perturbações dos grandes centros urbanos, dando a importância nessa fase para os locais considerados selvagens e não civilizados. A sociedade começa a cair em si da necessidade em preservar e conservar o meio natural, devido à preocupação em relação aos recursos se esgotarem e assim colocar em risco a espécie humana.



Na atualidade, o ecoturismo passa a ser considerado um aliado na proteção das reservas e parques, em busca de garantir a qualidade do turismo nas áreas livres e também da população que ali residem.

“(…) o turismo praticado de forma a promover a qualidade de vida das populações residentes no local de destino, respeitar a sociodiversidade da comunidade receptora, por meio da conservação da herança histórica cultural das populações locais, e conservar os recursos naturais e paisagísticos do local.” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 23)

Essa qualidade do ecoturismo consciente e respeito às populações residentes faz com que as Unidades de Conservação e os Parques busquem cada vez mais mecanismos para torná-los sensibilizados com o meio natural e a sua importância para a vida de todos os seres. Segundo o “POECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), estima-se que mais de 50 milhões de pessoas pratiquem o ecoturismo no mundo” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 24).

O Brasil, segundo a autora citada, possui um potencial verdadeiramente único para a atividade ecoturística devido a sua extensão territorial, belezas cênicas, riqueza cultural e histórica e também uma grande biodiversidade, atraindo um número significativo de turistas para o país.

A atividade ecoturística vem sendo discutida no Brasil a partir de 1980, “inicialmente com o nome de “turismo de natureza” ou “turismo ecológico”. Mas somente em 1992, com o Rio 92, esse termo passou a ser utilizado e conhecido como ecoturismo” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 25).

Com o crescimento da atividade no ano de 1991, a Embratur e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) “lançou-se o primeira versão de um Programa Brasileiro de Ecoturismo com o Manual de ecoturismo, contendo regras e normas sobre a atividade, além das diversas definições á respeito”. (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 25). O que o mesmo sugere a importância do planejamento voltado para essas áreas em específico para que se possa realizar a atividade consciente dos impactos gerados e minimizá-los com os estudos feitos entorno da realidade de sua prática.

As Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas nascem com o principal propósito governamental “o de preservar a exuberante diversidade biológica e das belezas cênicas do país” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 51). Os parques, florestas, reservas extrativas e reservas



particulares do patrimônio natural que se opera a atividade do ecoturismo, pois são os primeiros locais a procurar por turistas interessados em vivenciá-la.

A evolução do conceito de unidade de conservação (UC) “relaciona-se com o desenvolvimento da ciência, a destruição da natureza e a busca cada vez maior do resgate do contato com a natureza e a visita a essas áreas protegidas tem desempenhado papel importante na definição de novas UCs e suas modalidades” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 51).

Com tal pensamento à respeito das UCs, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) nasce da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UCs, que foi regulamentado pelo Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, disponibilizando à sociedade brasileira meios legais para manutenção da conservação e do manejo sustentável dos recursos naturais do país, entre os quais se destacam:

- Estabelecimento de consulta pública precedendo a criação de UCs;
- Definição das atribuições dos conselhos consultivos e deliberados das unidades, objetivando maior participação da sociedade civil na gestão das UCs;
- Definição para gestão compartilhada das unidades com organizações sociais de interesse público (Oscips);
- Definições claras para a relação com as populações residentes em UCs;
- Explicitação de regras para a aplicação de recursos oriundos de compensação ambiental e para a exploração de serviços em áreas protegidas (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 52)

A definição dos espaços territoriais é de responsabilidade do poder público, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 225, § 1º, inciso III, que expressa claramente a importância das áreas protegidas e a proteção com a manutenção tanto da área protegida quanto das culturas existentes:

Áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 52).

As UCs fazem parte das áreas protegidas, que podem ser um tipo de áreas de reserva legal ou áreas de preservação, conforme no Código Florestal. Segundo o SNUC, artigo 2º, item I, entende-se por Unidade de Conservação (UC):

“(…) o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 53).



Essas áreas protegidas ou UCs segundo Rocktaeschel (2006) podem ser divididas em dois grupos: Unidades de proteção integral e Unidades de uso sustentável. As unidades de proteção integral seriam: Estação ecológica (EE); Reserva biológica (RB); Parque nacional (PN), estadual ou natural municipal; Monumento natural; e Refúgio da vida silvestre. Já as Unidades de uso sustentável se destacam: Área de proteção ambiental (APA); Área de relevante interesse ecológico (Arie); Floresta nacional (Flona), estadual ou municipal; Reserva extrativista (Resex); Reserva de fauna; Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); e Reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Cada uma dessas áreas possui o seu valor e importância para a sociedade, uma vez que seja um instrumento de forte ligação entre a população e o meio natural, as mesmas contribuem para o conhecimento e esclarecimento à respeito da preservação e da vida. As RPPNs são consideradas grandes aliadas dos parques e reservas, uma vez que contribuem para a proteção do entorno, garantindo corredores que servem de abrigos para os animais silvestres, assim como as reservas extrativistas e florestas que servem de visitação dos turistas, o ecoturismo teve um forte avanço nos últimos anos, devido a sua conservação e proteção.

Os parques, como estabelecidos no Snuc, tem como objetivo e foco a visitação pública com fins recreativos, educacionais sendo direcionados ao turismo ecológico, sujeitos às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade e fixadas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

O plano de manejo, segundo o artigo 2º, item XVII, da lei do Snuc, é:

(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo de seus recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (ROCKTAESCHEL, 2006, p.59)

O plano de manejo é considerado um instrumento do planejamento que possibilita analisar os impactos positivos e negativos gerados pelas atividades e também a turística, propondo condições de proteção e conservação da natureza e o aproveitamento da comunidade que busca o lazer.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ECOTURISMO

O ecoturismo como já discutido anteriormente, necessita de locais conservados e de belezas cênicas para o seu desenvolvimento. Como a atividade é considerada lazer, educação e entretenimento da população, a mesma passa a ser um direito de todos e essas áreas de riqueza natural estão asseguradas pela Constituição Federal, que em seu artigo 225 determina o seguinte:



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



(...) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 65).

Assim, a responsabilidade de cuidar e preservar o meio natural se confirma como direito de todos que o usufruem. O direito passa-se a ser um dever para com a qualidade de vida de cada um, e que no processo de visitação aos locais naturais, o turista depara-se com a forma diferenciada e específica de cada lugar. Esse processo de aprendizagem desenvolvido nos locais das unidades de conservação e parques é advindo da educação ambiental.

A Educação Ambiental (EA) passa a ser utilizada em diversas áreas não somente em locais naturais e tão pouco individuais. Segundo Dias (1999), a Conferência de Tbilisi em 1977 teve a finalidade de:

1. promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e econômica;
2. Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
3. Induzir novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente (DIAS, 1999, p. 27)

As conferências, seminários e congressos de educação ambiental contribuíram para a formação do conhecimento das populações em relação ao meio ambiente. A primeira Conferência Internacional sobre EA é considerada a de Tbilisi, que foi realizada na capital da Geórgia, CEI (Ex-URSS) em 1977, e organizada pela UNESCO em cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que é referência internacional para a EA. Partindo dessas organizações e eventos importantíssimos para a sociedade, as mesmas possuíam o objetivo comum, o de permitir ao cidadão a responsabilidade para com o meio e sua sobrevivência.

Sendo realizados os encontros entorno da discussão de EA, surgiram vários conceitos à respeito, como por exemplo o de Stapp (1989) citado por Dias (1999) que definiu como: um processo que deveria objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas ou ainda para o autor Mellows (1972) citado por Dias (1999), que apresenta a EA como um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente em sua volta. Esses autores fazem uma abordagem sobre o comportamento que a civilização humana precisa ter em relação ao meio, o que não seria necessariamente o meio natural, como também o social e o cultural. Pois cada meio possui a sua particularidade e responsabilidade para garantir a sobrevivência e a existência.



Segundo a Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999, a Educação Ambiental (EA) é entendida por:

(...) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BERENSTEIN, 2002, p. 186).

A EA engloba todos os segmentos da sociedade, proporcionando oportunidades e formação de idéias que contribuem para a possibilidade da convivência equilibrada entre o homem e o seu meio.

ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Por meio das UCs são realizadas a proteção e a diversidade genética das espécies, pois, os benefícios gerados pela existência dessas áreas vão desde os mais complexos, gerados pelas funções dos ecossistemas, como formação e qualidade dos solos, controle de erosão, regulação dos ciclos do ar e da água, fixação e reciclagem de nutrientes, processos evolutivos, proteção de recursos genéticos, de espécies e de ecossistemas, até os mais pontuais, como o turismo, a recreação, a educação ambiental e a investigação científica, passando pelo cultivo de valores estéticos, espirituais e culturais. (ROCKTAESCHEL, 2006.p. 59).

A demanda turística volta-se, cada vez mais, para as áreas protegidas do país, buscando oportunidades para a prática do ecoturismo. Algumas unidades dispõem-se de atividades recreativas como, por exemplo, de campismo, caminhadas, banhos, piqueniques, contemplação de belezas cênicas, sempre integradas à natureza. Com isso a atividade ecoturística proporciona oportunidades da utilização das atividades recreativas como incentivo à interpretação e à educação ambiental (ROCKTAESCHEL, 2006).

Melhorar o meio ambiente através da EA em áreas de conservação significa conscientizar as pessoas de sua importância na melhora da qualidade de vida, na manutenção da biodiversidade e no fato significativo de que o meio ambiente preservado vale mais que a exploração de seus recursos finitos. Segundo Pádua citado por Rocktaeschel (2006), diz que o ecoturismo pode ser considerado uma das alternativas para conter a degradação ambiental (...), surgindo a sensibilização dos visitantes e da comunidade local para uma nova consciência. (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 64)

Além disso, Rocktaeschel acrescenta, que as UCs e em particular os parques são espaço propício para que, além de desfrutar de lazer e entretenimento, a população possa conhecer um pouco da imensa diversidade do país, comprometendo-se, assim, com a conservação do



meio ambiente (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 64), porém as UCs falham em um dos seus objetivos principais, que é a educação ambiental para os visitantes, gerando pouquíssimos benefícios para o parque, para a população e, de uma forma geral, para o meio ambiente, uma vez que sua visitação propiciaria disseminação de conhecimento sobre o sistema de áreas protegidas e a captação de aliados à conservação ambiental.

Segundo Kinker (2002) citado por Rocktaeschel, (2006), o ecoturismo pode ser uma solução, ao relacionar benefícios econômicos diretos com a conservação, além de proporcionar maior visibilidade das UCs para a sociedade, estimulada pela possibilidade de recreação e educação. Os principais objetivos das atividades ecoturísticas em áreas protegidas são:

- Aumento de receita, possibilitando recursos para a manutenção dessas áreas e geração de renda para as comunidades locais;
- Fomento à visita ordenada;
- Preservação dos recursos florísticos, faunísticos e das paisagens cênicas locais;
- Promoção do uso racional do patrimônio natural (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 66).

O ecoturismo juntamente com as UCs acabam sendo uma opção para melhor trabalhar a EA e a sensibilização da comunidade do entorno, proporcionando o lazer com o conhecimento, com melhorias na qualidade de vida do visitante, uma nova experiência que cabe a ele pôr ou não em prática, mudar ou colocar sua própria existência e as dos demais em risco.

Assim, a possibilidade de mudar pode surgir com o lazer, tornando-se algo único e compensador, depositando em longo prazo mecanismos que permite identificar os pontos positivos e negativos em relação ao meio, disponibilizando ao visitante e o visitado novas formas de aproveitamento e sensibilidade em suas viagens e aventuras.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DENTRO DO ECOTURISMO EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL

O turismo é um fenômeno de atividade que busca a necessidade do lazer e o preenchimento do ócio na vida da sociedade. Assim dito por muitos autores se faz necessário para a atividade turística um local para que possa vir realizar.

Os parques, museus, hotéis, resorts, pousadas, entre outros, são exemplos de locais que oferecem o diferencial para cada experiência adquirida com o turismo, assim como também a educação ambiental pode ser considerada uma forte aliada na experiência de sensibilização do verde e tranquilidade dos locais oferecidos.



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



A Unidade de Conservação segundo a Lei Nº 9.985 de 2000, é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de Administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BERENSTEIN, 2002, p. 188).

O Parque Estadual do Lago Azul é uma unidade de conservação localizada nos municípios de Campo Mourão e Luiziana – PR e criada em 1995, contendo o maior lago artificial preservado em unidades de conservação do Paraná, o qual ocupa 1.100 dos seus 1.749 hectares. É o reservatório da Usina Mourão I, que abriga numerosas espécies da fauna aquática da região. O remanescente florestal de 650 hectares com a presença definida de dois biomas (transição) – Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual. Essa característica possibilita o surgimento da araucária em plena área do arenito Caiuá, ao lado de outras espécies importantes como o Cedro, Jequitibá, Palmito, Ipê, Jaracatiá. É refúgio de espécies raras e ameaçadas de extinção, tais como: gavião-pomba, jacu, tucano, paca, jaguatirica, bugio, tamanduá-mirim, entre outros.

Possui Centro de Recepção para Visitantes, alojamento para pesquisadores e Trilhas Interpretativas, onde é possível observar, lado a lado o Pinheiro do Paraná e a Peroba Rosa. Além das cachoeiras do rio Mourão, observam-se resquícios da Usina São João, uma das primeiras construídas no estado, desativada nos anos 50 do século passado.

Segundo o Diretor responsável pelo Parque Lago Azul, Rubens Lei Pereira de Souza, diz que o público alvo do parque é atender o princípio mínimo que é a Educação Ambiental, e que está aberta para estudantes e comunidade em geral, pois segundo o mesmo “quem melhor conhece, melhor cuida” e essas informações estão contidas no SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) que são técnicas de manejo que estabelece critérios para cuidar e promover a pesquisa científica.

O número de visitantes segundo as informações relatadas pelo responsável é em média de 4 a 5 mil visitantes anualmente, desde que fora criado em 1997. O parque possui um público significativo e de responsabilidade que é a de passar o conhecimento e informações necessárias para a preservação do meio ambiente. O mesmo procura realizar o trabalho de EA não em quantidade, mas sim em qualidade, a de interagir com o meio ambiente e fazer uma reflexão em relação aos problemas causados pela forte agressão da ação humana.

Segundo o Diretor o parque recebe do Estado o ICMS Ecológico que é aproximadamente R\$ 400.000,00 anualmente e é dividido entre os municípios de Campo Mourão e Luiziana, sendo que 30% desse valor é para a manutenção e equipamentos do parque, pagamento de funcionários e estagiários. Quando o parque foi criado em 1997 o montante era maior, porque a necessidade também era maior, devido a isso em parceria com a prefeitura foi feita uma planilha dos custos mínimos mensal que o parque necessitaria, processo dinâmico de avaliação do parque, ou seja, a



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



prefeitura investe, o parque faz uma avaliação dos objetivos exigidos e então tira-se uma nota ambiental para o município e em seguida mais ICMS ecológico para o próximo ano.

É ressaltado também que as pesquisas realizadas no parque são de fauna e flora, na qual houve pesquisas que catalogaram mais de 250 espécies de aves, como por exemplo, gaviões, pombas, tucano jacu, porco do mato, cateto, veado campeiro, anta e a onça parda que circula no parque devido a oferta de alimentos que é oferecida, também com a pesquisa houve-se o mapeamento de algumas espécies exóticas do parque, que busca mecanismos para a sua ratificação para não alterar o meio das demais espécies.

A informação recebida é de que a EA realizada no parque consiste no público que a visita, disponibilizando informações dirigidas para cada grupo. Os eventos dirigidos que o parque realiza com a comunidade são o projeto de matas ciliares e a cavalgada ecológica.

Segundo o Diretor, a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) informou que os reservatórios da Usina Hidrelétrica da Bacia do Rio Mourão tem 100% da participação da comunidade rural, o que significa que o trabalho realizado em relação á mata ciliar está ajudando na preservação da água e energia, sem contar com o trabalho realizado com as RPPNs que é a proteção permanente de áreas rurais, reservas legais que contribuem com a melhoria do meio ambiente.

O SNUC é o instrumento de base para realizar a EA nas unidades de conservação, no qual funcionários são instruídos por palestras internas á respeito do conceito de parque, informando da relação e responsabilidade que o funcionário tem para com o ambiente, assim é possível identificar os impactos da ação do homem que também pode proteger.

A unidade de conservação é considerada uma riqueza natural para a população de Campo Mourão e região, ressalta o Diretor do Parque, pois a mesma visa na riqueza ambiental e biológica. Ambiental, possuindo várias espécies de fauna e flora, e biológica porque a unidade de conservação tem suporte para felinos de pequeno porte, como por exemplo, a Jaguatirica. Mas, nem toda a população de Campo Mourão tem conhecimento á respeito do parque, o que acaba dificultando o trabalho da unidade, que é de realizar a EA dirigida para as escolas e comunidades do entorno.

O parque possui um trabalho de fiscalização contínuo, sendo uma estrutura de fiscalização da ação de caçadores que ainda existe. A unidade conta com a parceria do IAP, Polícia Florestal e Polícia Militar, pois o mesmo possui 13 km de cercas e o reservatório de água, que é o Lago da Usina. Mas essa questão de caçadores, o Diretor observa que é extremamente cultural e que desde a década de 1980 até os dias atuais a geração de pessoas possui uma nova visão em relação ao meio ambiente, uma resposta positiva considerada pelo Diretor sobre a questão ambiental, mas que se tirar essa estrutura de fiscalização a ação de caçadores infelizmente acontece.



VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam



A segurança que o parque oferece aos seus visitantes é passiva, sendo redobrados cuidados por ser um local diferente do habitual, observando quais locais a caminhar, tocar, e ouvir com atenção sons de perigo enquanto estiver realizando a visita ao parque. Em caso de acidente com picadas de cobra, os hospitais do município possuem o soro antiofídico e também os monitores possuem conhecimento básico na prevenção de acidentes.

A unidade possui áreas de aceiro ou quebra fogo utilizado contra incêndios, que em determinadas épocas ocorrem devido a falta de chuva, períodos longos de seca e de ação criminosa, a comunidade do entorno e os bombeiros ficam em alerta para qualquer possível situação. Diante dos cuidados e atenção ao parque não foi registrado até nossos dias nenhum foco de incêndio tendo registro nos anos 80 do século passado em que houve. Devido a isso o parque possui trabalho preventivo, garantindo a segurança de todos.

A manutenção realizada no parque é um trabalho regular, pois as instalações e estruturas que possuem o acesso direto das pessoas, como os gramados que são realizados diariamente, já que o mesmo possui 20 alqueires de área para fazer o corte e limpeza, agora a manutenção do parque em geral é sazonal, como por exemplo os aceiros e trilhas.

Segundo o Diretor do Parque, um problema visível em relação aos vizinhos e a unidade é o uso da agricultura intensiva, o uso de agrotóxicos aos redores do parque, que gera impactos gritantes para o solo, sem contar à intoxicação que causa nos animais e até mesmo no próprio visitante e seus funcionários.

O Diretor ressalta também que existem algumas áreas delimitadas dentro do parque que são de responsabilidade da Copel, as áreas de segurança da barragem, a casa das turbinas, o tanque de homogeneização e a colônia de moradores. Essas áreas são importantes, pois as mesmas facilitam o trabalho que é realizado no parque o de preservação e conservação do meio e o da Copel que é possível realizar grandes empreendimentos com a conservação da natureza.

É interessante ressaltar que existe um plano de manejo para a área em relação ao Lago da Usina, no qual especifica as áreas prioritárias que são as de uso e lazer, com uso disciplinado, já que o mesmo é público. O lago possui uma característica diferente, pois possui área maior que a floresta, e o plano de manejo foi elaborado no ano de 2005 sendo que a cada cinco anos é revisto para uma avaliação de pontos positivos e negativos, com a próxima agenda para 2010.

Todas as informações descritas foram possíveis com a disponibilidade, ajuda e os esclarecimentos feitos pelo Diretor do Parque o Sr. Rubens Lei, que possibilitou ampliar os conhecimentos em relação á Unidades de Conservação e Parque.

Com a entrevista realizada, ficou claro a importância da educação ambiental nas várias abordagens, como formação da sensibilização no cidadão para com o seu meio e a possibilidade do ecoturismo ser visualizado como mudança de comportamento e atitudes da sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A separação do Homem e a Natureza são visíveis na sociedade atual, pois fazemos parte de um sistema econômico capitalista que visa à sobrevivência da sociedade humana apenas, e que o mundo natural acaba sendo importante devido aos recursos que oferece ao sistema.

O conceito de Homem e a Natureza continuam sendo elementos distintos e permanecem também no século XXI. Com a intensa destruição do meio natural e a percepção de que, cuidar será melhor para todos os seres vivos é que, na era moderna o homem passa a compreender a sua importância e a importância dos seres que fazem parte do meio junto dele. Infelizmente as intenções de cuidar e preservar do meio natural não estão ligadas à conservação da natureza por ela mesma, mas sim, pela necessidade de garantir a própria espécie humana.

A partir dos séculos XVII e XVIII com a Revolução Industrial e as Guerras, o meio urbano em desenvolvimento tecnológico começa a ficar ócio e rotineiro, que o encantamento pelas áreas naturais (animais e vegetais) começam a ter o seu valor, como por exemplo, o surgimento de parques e zoológicos, locais que buscam a beleza e a harmonia das coisas.

Tendo em vista a necessidade de locais naturais e fora da rotina vivida pela sociedade humana nesta época, as áreas de conservação aumentam e logo uma nova atividade do turismo se desenvolve, denominando o ecoturismo ou turismo de natureza, que visa somente o lucro econômico com a atividade nos locais considerados com capacidade para o setor.

A Educação Ambiental vem se construindo e se concretizando pelos Congressos, Simpósios e Palestras realizados á respeito da problemática mundial, a exploração excessiva do homem nos recursos naturais e os impactos gerados nesse processo, e também na exploração econômica, social, e cultural.

O turismo é considerado um fenômeno social e que também passa por esses processos de exploração do Meio, e como a atividade turística depende de fatores ambientais para se desenvolver, a mesma tem perfeitamente condições de realizar lazer com conhecimento, com educação ambiental.

O ecoturismo nos propicia essa oportunidade de novo conhecimento, tanto nas unidades de conservação protegidas por lei, ou por outras localidades particulares que atendem as expectativas do visitante. Trabalhar com a EA nesta perspectiva a nova educação se faz presente, em uma nova visão de sensibilização e cuidados para com o Meio.



Assim, o turismo pode ser analisado em seus vários segmentos que contribuem para um novo repensar da atividade turística, como nova forma de organizar as necessidades básicas e encontrar na experiência vivida com a atividade um novo ser humano, que faz parte de um todo, que não sobrevivem separados, somos parte e essência do próprio.

REFERÊNCIAS

BERENSTEIN, Symona Gropper. **Ecoturismo e comunicação: quem não se comunica se trumbica**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. (org). **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

BRENDARIOL, Celso, LISZT, Vieira. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate á pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Genebaldo Freie. **Educação Ambiental – Princípios e Práticas**. 8ª. Ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: editora Alínea, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª.ed. São Paulo: Hacitec, Núcleo de Apóio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli – São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo contexto).

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo**. Traduzido por Dolores Martin Rodriguez Corner. – São Paulo: Roca, 2001.



PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

_____. **Turismo: planejamento e gestão**. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.

QUEIROZ, Odaléia T. M. M.(org.). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

REJOWSKI, Miriam.(org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

ROCKTAESCHEL, Benedita M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Adyr B.(org.). **Turismo e ambiente – reflexões e propostas**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1999

ROSE, Alexandre Turatti de. **Turismo – planejamento e marketing**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Pappirus, 1997.(Coleção Turismo)

SOUZA, João Cláudio, SOUZA, Licia Soares de,. **Turismo Sustentável: cultura – relações públicas – qualidade**. Salvador: SCT – STC, 2002

THOMAS, Keith. **O homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. Tradução: João Roberto Martins Filho; Consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; Consultor dos termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 6.ed. rev. ampl. – São Paulo: Ed.Senac São Paulo, 2002.

_____. **Turismo e qualidade: Tendências contemporâneas**. 6ª ed. rev. Ampl. Campinas, SP: Pappirus, 2000.(Coleção turismo).

WIEDMANN, Sonia M. P. Parte I: As reservas particulares do Patrimônio Natural, citado por RODRIGUES, Adyr B.(org.). **Turismo e ambiente – reflexões e propostas**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.